

ADRIANO ANDRADE
CLEBER MASSON
LANDOLFO ANDRADE

GABRIEL LINO
LAURO RIBEIRO
RAFAEL MACHADO

INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS

VOL. 2

- Ambiental
- Criança e Adolescente
- Pessoas com deficiência
- Idoso
- Educação
- Lei Anticorrupção Empresarial
- Saúde

4^a
EDIÇÃO | REVISTA E
ATUALIZADA

 
gen | EDITORA
MÉTODO

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 18.02.2021
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2021 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Danilo Oliveira
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

148

Interesses Difusos e Coletivos, volume 2 / Adriano Andrade ... [et al.]. – 4. ed. – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-309-9326-9

1. Interesses difusos – Brasil. 2. Interesses coletivos – Brasil. 3. Ação civil pública – Brasil. I. Andrade, Adriano.

20-67811

CDU: 347.922(81)

Leandra Felix da Cruz Candido – Bibliotecária – CRB-7/6135

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - DIREITO AMBIENTAL	1
<i>Gabriel Lino</i>	
1.1 Introdução	1
1.1.1 Concepções éticas sobre a questão ambiental.....	1
1.1.2 O movimento ambientalista no Brasil e no mundo	2
1.1.3 A crise ambiental e o Direito.....	3
1.2 Fundamentos do direito ambiental.....	4
1.2.1 Definição e abrangência	4
1.2.2 Hermenêutica jurídica e Direito Ambiental (direitos funda- mentais e constitucionalização do Direito).....	5
1.2.3 Caráter metaindividual e interdisciplinar do Direito Ambiental....	7
1.2.4 O meio ambiente na Constituição Federal de 1988	8
1.2.5 Perfil da legislação ambiental brasileira (competências legisla- tivas das pessoas políticas).....	12
1.3 Princípios setoriais do Direito Ambiental.....	16
1.3.1 A relevância dos princípios na atualidade do Direito Ambiental..	16
1.3.2 Princípios em espécie.....	18
1.3.2.1 Princípio da sustentabilidade ou do desenvolvimento sustentável	18
1.3.2.2 Princípio da prevenção	19
1.3.2.3 Princípio da precaução	21
1.3.2.4 Princípio do poluidor-pagador (e usuário-pagador e protetor-recebedor).....	24
1.3.2.5 Princípio da vedação ao retrocesso.....	28
1.3.2.6 Princípio da função socioambiental da propriedade..	29
1.3.2.7 Princípio da participação democrática	30
1.3.2.8 Princípio da igualdade entre gerações.....	32
1.3.2.9 Princípio da natureza pública da proteção ambiental....	33
1.4 A Política Nacional do Meio Ambiente e o Sistema Nacional do Meio Ambiente	34
1.4.1 A Lei n. 6.938/1981 e sua importância no panorama legislativo brasileiro (aspecto histórico, LPNMA como vértice e conceitos fundamentais).....	34
1.4.2 Princípios, objetivos e diretrizes da PNMA	36

1.4.3	O Sisnama e a questão das competências administrativas denatureza ambiental	38
1.4.3.1	Caracterização do Sisnama	38
1.4.3.2	O Conama: conceito e funções	39
1.4.3.3	A questão das competências administrativas em matéria ambiental	42
1.4.4	Instrumentos da PNMA	44
1.4.4.1	O poder de polícia em matéria ambiental.....	45
1.4.4.2	O licenciamento ambiental	47
1.4.4.3	O zoneamento ambiental	55
1.4.4.4	Os estudos ambientais (avaliação de impactos ambientais).....	58
1.4.5	Outras políticas nacionais relativas ao meio ambiente.....	63
1.4.5.1	Política Nacional de Recursos Hídricos	63
1.4.5.2	Política Nacional de Educação Ambiental	68
1.4.5.3	Política Nacional da Biodiversidade.....	70
1.4.5.4	Política Nacional sobre Mudança do Clima	84
1.4.5.5	Política Nacional de Resíduos Sólidos.....	86
1.5	Unidades de conservação – espaços territoriais especialmente protegidos em sentido estrito.....	102
1.5.1	A criação de áreas protegidas como método de proteção ambiental.....	102
1.5.2	A definição jurídica de espaços territoriais especialmente protegidos – ETEPs e suas espécies	103
1.5.3	As Unidades de Conservação (ETEPs em sentido estrito) – significado da expressão e utilização de tal método para preservação.....	103
1.5.3.1	O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) – objetivos, diretrizes e estrutura	104
1.5.3.2	As diferentes categorias de unidades de conservação..	106
1.5.3.3	As unidades de conservação de proteção integral...	106
1.5.3.4	As unidades de conservação de uso sustentável....	108
1.5.3.5	Unidades de conservação atípicas	113
1.5.3.6	Criação, implantação e gestão das unidades de conservação.....	113
1.6	Código Florestal Brasileiro.....	118
1.6.1	Antecedentes históricos, debate político e jurídico e perfil da lei editada.....	118
1.6.2	Áreas de preservação permanente.....	123
1.6.2.1	Definição e regime de proteção	123
1.6.2.2	Hipóteses de configuração de APPs.....	128
1.6.2.3	Exceções ao regime geral de proteção.....	137
1.6.3	Reserva legal	137
1.6.3.1	Definição e regime de proteção	137

1.6.3.2	Formas de instituição da reserva legal	141
1.6.4	Outros temas relevantes no Código Florestal	142
1.6.4.1	O Cadastro Ambiental Rural (CAR).....	142
1.6.4.2	As áreas rurais consolidadas.....	143
1.6.4.3	As áreas de preservação permanente e de reserva legal e o perfil das limitações administrativas de natureza ambiental.....	150
1.6.4.4	O uso do fogo nas atividades agrossilvipastoris....	151
1.7	Regulação jurídica de atividades de risco.....	154
1.7.1	Agrotóxicos.....	154
1.7.2	Mineração.....	162
1.8	Regime de responsabilidades jurídicas pelos danos ao meio ambiente	164
1.8.1	Independência relativa entre as instâncias.....	165
1.8.2	Responsabilidade civil.....	167
1.8.3	Responsabilidade penal.....	171
1.8.4	Responsabilidade administrativa.....	176

CAPÍTULO 2 - DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 181

Rafael Machado

2.1	Proteção da infância nos âmbitos internacional e nacional	181
2.1.1	Declarações e convenções internacionais.....	181
2.1.2	Evolução do direito da infância no Brasil	186
2.1.2.1	Constituições Federais.....	186
2.1.2.2	Legislação infraconstitucional.....	187
2.2	Disposições preliminares do ECA.....	190
2.2.1	Definição de criança e adolescente	190
2.2.1.1	Aplicação do ECA ao nascituro.....	192
2.2.1.2	Primeira infância e jovem	193
2.2.2	Proteção integral.....	193
2.2.3	Princípio do melhor interesse ou interesse superior	195
2.2.4	Absoluta prioridade.....	196
2.2.5	Interpretação do ECA.....	198
2.3	Direitos fundamentais.....	199
2.3.1	Direito à vida e à saúde	199
2.3.1.1	Introdução	199
2.3.1.2	Direitos da maternidade.....	200
2.3.1.3	Aleitamento materno.....	200
2.3.1.4	Mãe privada de liberdade.....	201
2.3.1.5	Direito ao parto anônimo.....	201
2.3.1.6	Programas de assistência médica e odontológica....	202
2.3.1.7	Deficiência.....	203
2.3.1.8	Fornecimento de medicamento.....	204
2.3.1.9	Comunicação de maus-tratos e atendimento na primeira infância.....	206

	2.3.1.10	Obrigações de hospitais e demais estabelecimentos.....	206
2.3.2		Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade.....	207
	2.3.2.1	Introdução.....	207
	2.3.2.2	Castigo físico e medidas aplicáveis.....	210
	2.3.2.3	<i>Bullying</i> (Lei n. 13.185/2015).....	211
2.3.3		Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência – Lei n. 13.431/2017.....	212
	2.3.3.1	Introdução.....	212
	2.3.3.2	Escuta especializada e depoimento pessoal.....	214
	2.3.3.3	Medidas de proteção.....	216
	2.3.3.4	Integração das políticas de atendimento.....	218
2.3.4		Direito à educação.....	220
	2.3.4.1	Introdução.....	220
	2.3.4.2	Direito à educação pela criança e adolescente.....	221
	2.3.4.3	Dever do Estado.....	222
	2.3.4.4	Obrigação de matrícula e sistema educacional domiciliar (<i>homeschooling</i>).....	224
	2.3.4.5	Aprovação em vestibular e não conclusão do ensino médio.....	225
	2.3.4.6	Dever de comunicação.....	227
2.3.5		Direito à cultura, ao esporte e ao lazer.....	228
2.3.6		Direito à profissionalização e à proteção no trabalho.....	228
	2.3.6.1	Noções gerais.....	228
	2.3.6.2	Atividades no âmbito doméstico familiar.....	230
2.4		Direito fundamental à convivência familiar.....	230
	2.4.1	Direito de crescer no seio familiar.....	230
	2.4.1.1	Introdução.....	230
	2.4.1.2	Classificações de família.....	232
	2.4.1.3	Audiência concentrada.....	232
	2.4.1.4	Prazo máximo de permanência em acolhimento institucional.....	233
	2.4.1.5	Gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção.....	233
	2.4.1.6	Recém-nascido e criança abandonados e inscrição no cadastro nacional de adoção.....	235
	2.4.1.7	Acolhimento familiar.....	236
	2.4.1.8	Ordem de preferência do direito à convivência familiar.....	237
	2.4.1.9	Apadrinhamento.....	238
	2.4.2	Poder familiar ou função parental.....	239
	2.4.2.1	Introdução.....	239
	2.4.2.2	Hipóteses de destituição e suspensão.....	240
	2.4.2.3	Pais dependentes químicos.....	242
	2.4.2.4	Pobreza.....	242

2.4.2.5	Prisão e condenação criminal	243
2.4.2.6	Alienação parental (Lei n. 12.318/2010)	244
2.4.3	Reconhecimento de filhos	246
2.4.4	Reconhecimento do estado de filiação	246
2.4.5	Família substituta.....	247
2.4.5.1	Introdução.....	247
2.4.5.2	Oitiva da criança e do adolescente (princípio da autonomia progressiva).....	248
2.4.5.3	Critérios e acompanhamento da medida.....	249
2.4.5.4	Criança ou adolescente indígena ou de comunidade de quilombo.....	250
2.5	Modalidades de colocação em família substituta	251
2.5.1	Guarda	251
2.5.1.1	Introdução.....	251
2.5.1.2	Classificações.....	252
2.5.1.3	Guarda e condição de dependente.....	253
2.5.1.4	Guarda e a posição dos pais.....	254
2.5.1.5	Revogabilidade.....	255
2.5.2	Tutela.....	256
2.5.2.1	Introdução.....	256
2.5.2.2	Termo de tutela provisória.....	257
2.5.2.3	Tutela compartilhada.....	257
2.5.2.4	Tutela testamentária ou documental.....	258
2.5.2.5	Tutela ou curatela	258
2.5.2.6	Cessaçã.....	259
2.5.2.7	Destituição do tutor	259
2.5.3	Adoção nacional	259
2.5.3.1	Introdução	259
2.5.3.2	Características.....	260
2.5.3.3	Requisitos	261
2.5.3.4	Cadastros de adoção	265
2.5.3.5	Adoção personalíssima, <i>intuitu personae</i> ou dirigida	267
2.5.3.6	Adoção unilateral, singular ou semiplena.....	268
2.5.3.7	Adoção póstuma ou <i>post mortem</i>	272
2.5.3.8	Adoção de nascituro.....	272
2.5.3.9	Adoção de fato ou “à brasileira”	273
2.5.3.10	Adoção por homossexuais	274
2.5.3.11	Efeitos pessoais.....	274
2.5.3.12	Efeitos patrimoniais.....	275
2.5.3.13	Prazo de conclusão da ação de adoção	275
2.5.3.14	Sentença	275
2.5.3.15	Direito de conhecer sua origem biológica	276
2.5.3.16	Direitos previstos na CLT	277

XXII INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS - VOL. 2

2.5.4	Adoção internacional.....	277
2.5.4.1	Caracterização.....	277
2.5.4.2	Requisitos.....	278
2.5.4.3	Procedimento.....	279
2.5.4.4	Organismos de intermediação da adoção e seu credenciamento	281
2.5.4.5	Repasse de recursos.....	283
2.5.4.6	Adoção por brasileiro residente no exterior.....	283
2.5.4.7	Adoção internacional e o Brasil como país de acolhida.....	283
2.5.4.8	Nacionalidade do adotado	284
2.5.4.9	Quadro sinótico	285
2.6	Prevenção	285
2.6.1	Disposições gerais.....	285
2.6.2	Informação, cultura, lazer, esportes, diversões e espetáculos..	287
2.6.2.1	Classificação indicativa	287
2.6.2.2	Emissoras de rádio de televisão.....	289
2.6.2.3	Venda e aluguel de filmes	290
2.6.2.4	Revistas e publicações.....	290
2.6.2.5	Bilhar, sinuca ou congêneres ou casa de jogo que realize aposta	291
2.6.3	Produtos e serviços	292
2.6.3.1	Produtos com venda proibida para criança ou adolescente.....	292
2.6.3.2	Hospedagem de criança ou adolescente.....	293
2.6.4	Autorização para viajar.....	294
2.6.4.1	Viagem no território nacional.....	294
2.6.4.2	Viagem ao exterior	296
2.7	Política e entidades de atendimento.....	298
2.7.1	Política de atendimento	298
2.7.1.1	Introdução	298
2.7.1.2	Municipalização do atendimento e Conselhos.....	299
2.7.1.3	Fundos geridos pelos Conselhos de Direitos	301
2.7.2	Entidades de atendimento.....	303
2.7.2.1	Espécies, inscrição e registro	303
2.7.2.2	Entidades de acolhimento familiar ou institucional	305
2.7.2.3	Acolhimento emergencial (art. 93).....	307
2.7.2.4	Obrigações das entidades de internação e acolhimento	307
2.7.3	Fiscalização das entidades e medidas aplicáveis.....	308
2.8	Medidas de proteção e medidas pertinentes aos pais ou responsável	309
2.8.1	Medidas de proteção	309
2.8.1.1	Hipóteses de aplicação (situações de risco).....	309

	2.8.1.2	Cumulação e substituição.....	310
	2.8.1.3	Parâmetros e princípios para aplicação.....	310
	2.8.1.4	Competência para aplicação e execução.....	311
	2.8.1.5	Medidas de proteção em espécie.....	312
	2.8.1.6	Acolhimento institucional e familiar.....	313
	2.8.2	Regularização do registro civil.....	315
	2.8.3	Medidas aplicáveis aos pais ou responsável.....	317
	2.8.4	Afastamento do agressor da moradia comum.....	318
2.9		Ato infracional.....	319
	2.9.1	Introdução.....	319
	2.9.2	A criança e a prática de ato infracional.....	320
	2.9.3	Início da maioridade penal.....	321
	2.9.4	Nomenclaturas.....	321
	2.9.5	Requisitos.....	321
	2.9.6	Teoria do momento.....	322
	2.9.7	Princípio da insignificância.....	322
	2.9.8	Escusas absolutórias.....	323
	2.9.9	Extradição.....	323
	2.9.10	Prescrição.....	324
	2.9.11	Prática de ato infracional e consequências na maioridade.....	324
	2.9.12	Redução da maioridade penal.....	325
2.10		Direitos individuais e garantias processuais.....	326
	2.10.1	Direitos individuais.....	326
	2.10.1.1	Internação provisória.....	327
	2.10.2	Garantias processuais.....	329
2.11		Medidas socioeducativas.....	331
	2.11.1	Introdução.....	331
	2.11.2	Competência.....	333
	2.11.3	Princípios.....	333
	2.11.4	Critérios de aplicação.....	334
	2.11.5	Requisitos.....	335
	2.11.6	Cumulação.....	335
	2.11.7	Substituição.....	336
	2.11.8	Adolescente com transtorno mental.....	336
	2.11.9	Advertência.....	337
	2.11.10	Obrigação de reparar o dano.....	338
	2.11.11	Prestação de serviços à comunidade.....	338
	2.11.12	Liberdade assistida.....	339
	2.11.13	Semiliberdade.....	341
	2.11.13.1	Semiliberdade provisória.....	342
	2.11.14	Internação.....	343
	2.11.14.1	Introdução.....	343
	2.11.14.2	Espécies.....	343

XXIV INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS - VOL. 2

2.11.14.3	Princípios.....	345
2.11.14.4	Hipóteses legais.....	346
2.11.14.5	Tráfico de drogas.....	353
2.11.14.6	Prazo da internação e sua reavaliação.....	355
2.11.14.7	Consequências com o cumprimento do prazo de 3 (três) anos.....	355
2.11.14.8	Transtorno mental e interdição no cível.....	356
2.11.14.9	Cumprimento imediato da medida e recurso de apelação.....	356
2.11.14.10	Liberação compulsória.....	356
2.11.14.11	Atividades externas.....	357
2.11.14.12	Direitos do adolescente internado.....	357
2.11.14.13	Local de cumprimento.....	358
2.12	Remissão.....	359
2.12.1	Introdução.....	359
2.12.2	Classificações.....	360
2.12.3	Natureza jurídica.....	360
2.12.4	Características.....	361
2.12.5	Requisitos.....	361
2.12.6	Remissão pelo Ministério Público.....	361
2.12.7	Remissão judicial.....	363
2.12.8	Descumprimento da remissão imprópria.....	364
2.12.9	Revisão da medida socioeducativa cumulada com a remissão.....	365
2.13	Execução das medidas socioeducativas.....	366
2.13.1	Introdução.....	366
2.13.2	Princípios.....	367
2.13.3	Direitos individuais.....	368
2.13.4	Formação da execução.....	368
2.13.5	Reavaliação.....	369
2.13.6	Substituição, progressão e regressão.....	370
2.13.7	Cumulação e unificação.....	374
2.13.8	Revisão da sanção disciplinar.....	377
2.13.9	Suspensão.....	378
2.13.10	Extinção.....	378
2.13.10.1	Causas previstas na Lei do Sinase.....	378
2.13.10.2	Maioridade penal.....	383
2.13.10.3	Prescrição das medidas socioeducativas.....	384
2.13.10.4	Prescrição da pretensão punitiva em abstrato.....	386
2.13.10.5	Prescrição da pretensão punitiva retroativa.....	388
2.13.10.6	Prescrição da pretensão punitiva intercorrente, superveniente ou subsequente.....	388
2.13.10.7	Prescrição da pretensão executória.....	389
2.13.11	Sistema recursal.....	390

2.14	Conselho tutelar.....	390
2.14.1	Introdução.....	390
2.14.2	Características.....	391
2.14.3	Organização.....	392
2.14.4	Requisitos e processo de escolha.....	393
2.14.5	Regime jurídico do conselheiro tutelar.....	395
2.14.6	Atribuições.....	395
2.14.7	Revisão das decisões.....	399
2.14.8	Sigilo das informações.....	399
2.14.9	Impedimentos.....	399
2.15	Acesso à justiça.....	400
2.15.1	Disposições gerais.....	400
2.15.1.1	Acesso à Justiça.....	400
2.15.1.2	Sigilo.....	401
2.15.2	Justiça da Infância e Juventude.....	402
2.15.3	Noções gerais sobre competência.....	402
2.15.4	Competência do art. 148.....	403
2.15.4.1	Competência exclusiva ou plena.....	403
2.15.4.2	Competência concorrente.....	406
2.15.4.3	Competência do Juizado de Violência Doméstica e Familiar.....	408
2.15.5	Competência do art. 147.....	408
2.15.5.1	Ações cíveis.....	408
2.15.5.2	Apuração de ato infracional.....	410
2.15.5.3	Execução da medida socioeducativa ou de proteção.....	410
2.15.5.4	Infração cometida por rádio e televisão.....	411
2.15.6	Competência disciplinar (art. 149).....	412
2.15.6.1	Portaria e alvará.....	412
2.15.6.2	Hipóteses.....	413
2.15.7	Serviços auxiliares.....	414
2.15.8	Ministério Público.....	414
2.15.8.1	Atribuições.....	414
2.15.8.2	Fiscal da ordem jurídica.....	419
2.15.9	Advogado.....	420
2.15.10	Defensoria Pública.....	422
2.16	Procedimentos.....	422
2.16.1	Disposições gerais.....	422
2.16.1.1	Aplicação subsidiária da legislação processual pertinente.....	422
2.16.1.2	Contagem dos prazos.....	423
2.16.1.3	Procedimento verificatório ou pedido de providências.....	424
2.16.1.4	Multa.....	425

2.16.2	Procedimento de perda e de suspensão do poder familiar.....	425
2.16.2.1	Introdução.....	425
2.16.2.2	Petição inicial.....	426
2.16.2.3	Legitimidade ativa.....	426
2.16.2.4	Legitimidade passiva.....	427
2.16.2.5	Cumulação de pedidos e conexão.....	428
2.16.2.6	Tutela provisória de suspensão do poder familiar	428
2.16.2.7	Estudo social ou perícia por equipe interprofissional.....	429
2.16.2.8	Citação e defesa.....	430
2.16.2.9	Poder requisitório de documentos.....	431
2.16.2.10	Consequências da não apresentação de resposta...	431
2.16.2.11	Consequências da apresentação de resposta.....	432
2.16.2.12	Prazo para conclusão.....	433
2.16.2.13	Sentença e efeitos.....	433
2.16.2.14	Restabelecimento do poder familiar.....	433
2.16.2.15	Ação de adoção sem pedido de destituição do poder familiar.....	434
2.16.3	Procedimento de destituição da tutela.....	435
2.16.4	Procedimento de colocação em família substituta.....	436
2.16.4.1	Introdução.....	436
2.16.4.2	Hipóteses autorizadoras.....	436
2.16.4.3	Requisitos da inicial.....	437
2.16.4.4	Consentimento dos pais.....	438
2.16.4.5	Procedimento.....	439
2.16.4.6	Programa de acolhimento familiar.....	440
2.16.5	Procedimento de apuração de irregularidades em entidade de atendimento.....	440
2.16.5.1	Introdução.....	440
2.16.5.2	Natureza jurídica.....	441
2.16.5.3	Legitimidade ativa.....	441
2.16.5.4	Legitimidade passiva e sanções.....	442
2.16.5.5	Afastamento provisório do dirigente.....	443
2.16.5.6	Necessidade de advogado para resposta escrita....	443
2.16.5.7	Contagem do prazo para resposta escrita e revelia...	444
2.16.5.8	Audiência de instrução e julgamento.....	444
2.16.5.9	Prazo para remoção das irregularidades.....	444
2.16.6	Procedimento de apuração de infração administrativa.....	444
2.16.6.1	Introdução.....	444
2.16.6.2	Natureza jurídica.....	445
2.16.6.3	Legitimidade ativa.....	445
2.16.6.4	Legitimidade passiva.....	446
2.16.6.5	Prazo para defesa e necessidade de advogado.....	446
2.16.6.6	Revelia e seus efeitos.....	447

2.16.6.7	Audiência de instrução e julgamento	447
2.16.6.8	Prescrição	448
2.16.7	Procedimento de habilitação de pretendentes à adoção	449
2.16.7.1	Introdução	449
2.16.7.2	Competência	449
2.16.7.3	Petição inicial e documentos	450
2.16.7.4	Necessidade de advogado	450
2.16.7.5	Ministério Público e providências	451
2.16.7.6	Estudo psicossocial, preparação e contato dos pretendentes	451
2.16.7.7	Audiência de instrução e julgamento	452
2.16.7.8	Inscrição nos cadastros	452
2.16.7.9	Indeferimento do cadastro	453
2.16.7.10	Recadastramento do pretendente que já adotou....	454
2.16.8	Procedimento de infiltração de agentes de polícia para a investigação de crimes contra a dignidade sexual de criança e de adolescente	454
2.17	Procedimento de apuração de ato infracional	456
2.17.1	Introdução	456
2.17.2	Fase policial ou investigativa	456
2.17.2.1	Apreensão do adolescente por ordem judicial	456
2.17.2.2	Apreensão do adolescente em situação de flagrância..	457
2.17.2.3	Ato infracional com violência ou grave ameaça à pessoa e manutenção da apreensão	457
2.17.2.4	Ato infracional sem violência ou grave ameaça à pessoa	459
2.17.2.5	Apresentação ao Ministério Público	459
2.17.2.6	Procedimento para apuração de ato infracional	460
2.17.2.7	Transporte e uso de algema	460
2.17.3	Fase do Ministério Público	460
2.17.3.1	Oitiva informal	460
2.17.3.2	Outras providências	462
2.17.3.3	Arquivamento dos autos	462
2.17.3.4	Remissão	463
2.17.3.5	Representação	463
2.17.3.6	Internação provisória	464
2.17.3.7	Liberação do adolescente pelo MP	464
2.17.3.8	Complementação de diligências	465
2.17.4	Fase judicial	465
2.17.4.1	Aplicação do procedimento comum ordinário do CPP?	465
2.17.4.2	Audiência de custódia	466
2.17.4.3	Recebimento ou rejeição da representação	467
2.17.4.4	Audiência de apresentação	467

XXVIII INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS - VOL. 2

2.17.4.5	Remissão judicial	469
2.17.4.6	Estudo pela equipe interprofissional ou relatório polidimensional.....	470
2.17.4.7	Defesa prévia	470
2.17.4.8	Assistente de acusação.....	470
2.17.4.9	Audiência em continuação.....	471
2.17.4.10	Sentença.....	472
2.17.4.11	Princípio da identidade física do juiz.....	473
2.17.4.12	Intimação da sentença	473
2.17.4.13	Prazo máximo para a conclusão do processo	474
2.17.4.14	Local de cumprimento da internação provisória...	475
2.17.4.15	Recurso	475
2.17.4.16	Justiça restaurativa	475
2.18	Recursos.....	476
2.18.1	Noções gerais.....	476
2.18.2	Legitimidade	477
2.18.3	Peculiaridades do art. 198 do ECA.....	477
2.18.3.1	Preparo.....	478
2.18.3.2	Prazo.....	478
2.18.3.3	Preferência de julgamento e dispensa de revisor...	480
2.18.3.4	Juízo de retratação.....	480
2.18.3.5	Apresentação das razões recursais de apelação.....	481
2.18.3.6	Técnica do art. 942 do CPC para processo de apuração de ato infracional ou de execução de medida socioeducativa.....	481
2.18.4	Efeitos da sentença	482
2.18.4.1	Regra geral	482
2.18.4.2	Sentença que impõe medida socioeducativa	482
2.18.4.3	Adoção e destituição do poder familiar.....	484
2.19	Proteção judicial dos interesses individuais,difusos e coletivos.....	484
2.19.1	Introdução.....	484
2.19.2	Proteção judicial dos interesses individuais.....	484
2.19.3	Proteção judicial dos interesses difusos e coletivos.....	485
2.19.3.1	Competência.....	486
2.19.3.2	Legitimidade	486
2.19.3.3	Ministério Público	487
2.19.3.4	Ação civil pública	488
2.19.3.5	Termo de ajustamento de conduta.....	489
2.19.3.6	Ações admissíveis.....	489
2.19.3.7	Ação de obrigação de fazer ou não fazer	489
2.19.3.8	Custas e honorários advocatícios.....	490
2.19.3.9	Multas.....	490
2.19.3.10	Cumprimento de sentença condenatória e destinação do valor.....	491

2.19.3.11	Sistema recursal e efeitos do recurso.....	491
2.19.3.12	Aplicação subsidiária da LACP e do CDC.....	492
CAPÍTULO 3 – DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....		493
<i>Lauro Ribeiro</i>		
3.1	Noções introdutórias.....	493
3.1.1	A sociedade moderna	493
3.1.2	A sociedade moderna e a pessoa com deficiência.....	494
3.2	Conceito de pessoa com deficiência – PCD.....	495
3.2.1	Inovação conceitual trazida pela Lei Brasileira de Inclusão – LBI.....	500
3.2.2	Deficiência mental ou intelectual? Ou ambas?	500
3.2.3	Terminologia correta.....	503
3.3	O Sistema normativo de proteção da pessoa com deficiência no plano internacional.....	503
3.4	O sistema normativo de proteção da pessoa com deficiência no plano constitucional.....	505
3.4.1	Distribuição de competência entre os entes federativos para tratar do tema.....	508
3.4.2	O sistema normativo de proteção da pessoa com deficiência no plano convencional – Convenção de Nova Iorque (da ONU).....	508
3.5	O sistema normativo de proteção da pessoa com deficiência no plano infraconstitucional	510
3.5.1	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência(Lei n. 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência) LBI.....	512
3.5.1.1	Breve histórico e novidades introduzidas	512
3.5.1.2	Lei principiológica	512
3.5.1.3	Principais eixos estruturantes dos direitos e garantias previstos na LBI	512
3.5.1.4	Vinculação à Convenção da ONU dos direitos da pessoa com deficiência.....	513
3.5.1.5	Diálogo “das fontes” e “das Cortes”.....	514
3.5.1.6	Controle de convencionalidade.....	516
3.5.1.7	Alcance da eficácia social (efetividade) da LBI.....	517
3.5.2	Inovações e alterações legislativas promovidas pela LBI.....	518
3.5.2.1	Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência.....	518
3.5.2.2	Auxílio-inclusão.....	518
3.5.2.3	Controle de acessibilidade pelos agentes públicos e proibição de exigência da presença da pessoa com deficiência a órgãos públicos quando sua condição pessoal e as condições de acessibilidade lhe imponham ônus desproporcional	519
3.5.2.4	Alterações ao Código Eleitoral.....	519
3.5.2.5	Mudança na movimentação do FGTS.....	520

3.5.2.6	Alterações no Código de Defesa do Consumidor (CDC).....	520
3.5.2.7	Mudanças na Lei n. 8.213/1991, que regula os planos de benefícios da Previdência Social.....	521
3.5.2.8	Modificações na “Lei Rouanet” – Lei n. 8.313/1991	522
3.5.2.9	Alterações na Lei de Improbidade Administrativa e na Lei de Licitações	523
3.5.2.10	Mudanças na Lei n. 9.250/1995 (dispõe sobre Imposto de Renda).....	524
3.5.2.11	Alterações no Código de Trânsito Brasileiro.....	524
3.5.2.12	Alteração na Lei n. 9.615/1998 (normas gerais sobre desporto).....	525
3.5.2.13	Modificações no Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001).....	525
3.5.2.14	Mudanças sobre uso de cão-guia (Lei n. 11.126/2005) e acesso a museus (Lei n. 11.904/2009).....	526
3.5.2.15	Alterações à Lei n. 12.587/2012 (mobilidade urbana).....	526
3.5.2.16	Disposições finais da LBI.....	526
3.6	Direitos básicos da pessoa com deficiência.....	526
3.6.1	Capacidade civil: curatela e tomada de decisão apoiada.....	527
3.6.2	Tomada de decisão apoiada.....	534
3.6.3	Direito à dignidade da pessoa humana.....	539
3.6.4	Direito à felicidade	539
3.6.5	Direito a uma sociedade justa, solidária, sem preconceitos de qualquer espécie, desigualdades e discriminação.....	540
3.6.5.1	Sociedade solidária	542
3.6.6	Direito à igualdade e à diferença.....	543
3.6.7	Direito à vida.....	544
3.6.8	Direito à saúde	545
3.6.9	Direito à assistência social.....	547
3.6.10	Direito à habilitação, reabilitação e à promoção da inclusão social	548
3.6.11	Direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC).....	549
3.6.12	Direito à previdência social.....	552
3.6.13	Direito à moradia	552
3.6.14	Direito à educação.....	553
3.6.14.1	Plano internacional.....	554
3.6.14.2	Plano nacional	554
3.6.15	Direito ao trabalho	565
3.6.15.1	Inclusão no trabalho, sistema de cotas e reservas em concurso público.....	566
3.6.16	Direito à mobilidade urbana e acessibilidade.....	572
3.6.17	Direito ao transporte.....	579

3.6.18	Direito à participação na vida pública e política	580
3.6.19	Do acesso à justiça	581
3.6.20	Tipificação de crimes e infrações administrativas.....	583
3.6.21	Isonções.....	583
CAPÍTULO 4 – DIREITO DO IDOSO		585
<i>Lauro Ribeiro</i>		
4.1	Introdução.....	585
4.2	Conceito de pessoa idosa	588
4.2.1	O sistema de proteção da pessoa idosa no âmbito internacional..	588
4.2.2	Âmbito nacional: Constituição Federal	590
4.2.3	Estatuto do Idoso (EI) – Lei n. 10.741/2003.....	591
4.2.3.1	Principais eixos estruturantes dos direitos e garantias do EI.....	592
4.2.3.2	Lei principiológica	592
4.2.4	Política Nacional do Idoso – Lei n. 8.842/1994	593
4.2.5	Alguns outros diplomas legais de proteção ao idoso	595
4.3	Direitos básicos da pessoa idosa.....	597
4.3.1	Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade.....	597
4.3.2	Direito à alimentação.....	598
4.3.3	Direito à vida/saúde	600
4.3.4	Direito à educação.....	606
4.3.5	Direito à moradia	608
4.3.6	Direito ao trabalho	610
4.3.7	Direito à assistência e previdenciária social.....	612
4.3.7.1	Da assistência social.....	612
4.3.7.2	Direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC).....	612
4.3.7.3	Da previdência social.....	615
4.3.8	Direito a cultura, esporte, lazer e turismo.....	615
4.3.9	Direito ao transporte gratuito	616
4.3.10	Direito à proteção.....	618
4.3.10.1	Incidência das medidas de proteção	619
4.3.10.2	Especial obrigação da família.....	620
4.3.10.3	Medidas protetivas em espécie.....	621
4.3.10.4	Política de atendimento ao idoso	622
4.3.11	Direito à convivência familiar e comunitária.....	623
4.3.11.1	Entidades de atendimento à pessoa idosa.....	624
4.3.11.2	Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPIs	625
4.3.11.3	Fiscalização nas entidades de atendimento.....	626
4.3.11.4	Das infrações e sanções administrativas previstas no EI	626

XXXII INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS - VOL. 2

4.3.11.5	Da apuração administrativa de infração contra pessoa idosa.....	628
4.3.11.6	Da apuração judicial de irregularidade em entidade de atendimento.....	629
4.3.12	Tutela judicial de direito individual disponível	630
4.3.13	Tutela judicial de direitos individuais indisponíveis, individuais homogêneos e coletivos (<i>lato sensu</i> : difusos e coletivos em sentido estrito)	632
4.3.13.1	Pontos relevantes.....	632
4.3.13.2	Legitimados ativos	636
4.3.13.3	O papel do Ministério Público.....	637
4.4	Crimes definidos no EI	639
CAPÍTULO 5 – DIREITO EDUCACIONAL.....		643
<i>Lauro Ribeiro</i>		
5.1	Noções introdutórias.....	643
5.1.1	Educação na sociedade moderna.....	644
5.2	Conceito e natureza jurídica.....	645
5.3	Educação, ensino e escola	648
5.4	O sistema normativo no plano internacional.....	650
5.5	O sistema normativo no plano nacional.....	650
5.5.1	Constituição Federal de 1988.....	651
5.5.2	Síntese da educação na CF/1988	652
5.5.3	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei n. 9.394/1996	653
5.5.4	Plano Nacional de Educação – PNE.....	659
5.6	Estrutura educacional.....	662
5.6.1	Educação básica	662
5.6.2	Ensino superior	666
5.6.3	Sistemas de ensino.....	669
5.6.4	A repartição de competências e financiamento da educação .	670
5.6.5	Responsabilidade civil das instituições públicas de ensino (art. 37, § 6º, da CF/1988).....	677
5.7	<i>Bullying</i>	679
5.8	Desescolarização (<i>unschooling</i>) e Educação domiciliar (<i>homeschooling</i>)	681
CAPÍTULO 6 – LEI ANTICORRUPÇÃO EMPRESARIAL.....		685
<i>LandoLfo Andrade</i>		
6.1	Introdução.....	685
6.2	Noção de corrupção empresarial.....	687
6.3	Aplicação da lei anticorrupção empresarial no tempo.....	689
6.4	Aplicação da lei anticorrupção empresarial no espaço	691

6.5	Os bens jurídicos tutelados pela lae.....	693
6.6	Sujeitos do ato lesivo à administração pública	694
6.6.1	Sujeito passivo	694
6.6.2	Sujeito ativo	696
6.6.2.1	Pessoa jurídica de direito privado.....	696
6.6.2.2	Pessoas naturais: o art. 3º da LAE.....	699
6.7	Responsabilização administrativa e civil da pessoa jurídica.....	701
6.7.1	Responsabilidade objetiva da pessoa jurídica.....	702
6.7.2	Pressupostos para a responsabilização administrativa ecivil da pessoa jurídica.....	703
6.7.2.1	Subsunção da conduta na tipologia do artigo 5º da LAE.....	703
6.7.2.2	Interesse ou benefício da pessoa jurídica, exclusivo ou não.....	704
6.7.2.3	Existência de algum vínculo entre o autor do ato lesivo e a pessoa jurídica beneficiada	704
6.7.3	Responsabilidade da pessoa jurídica diante dos atos de seus dirigentes, administradores, empregados ou prepostos.....	706
6.7.4	Responsabilidade da pessoa jurídica diante dos atos de agente de empresa terceirizada	707
6.7.5	Possibilidade de responsabilização da pessoa jurídica em caso de não identificação da pessoa natural infratora.....	708
6.7.6	Alterações contratuais e operações societárias.....	711
6.7.7	Responsabilidade solidária entre sociedades controladoras, controladas, coligadas e consorciadas.....	712
6.8	Atos lesivos à administração pública nacional ou estrangeira.....	713
6.8.1	Noções introdutórias.....	713
6.8.2	Elemento subjetivo do ato lesivo.....	714
6.8.3	Atos lesivos elencados no artigo 5º.....	715
6.8.3.1	Promessa ou oferecimento de vantagem indevida a agente público (corrupção ativa).....	715
6.8.3.2	Financiamento ou patrocínio de prática dos atos ilícitos	717
6.8.3.3	Utilização de interposta pessoa.....	718
6.8.3.4	Atos lesivos referentes a licitações e contratos.....	719
6.8.3.5	Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação	725
6.8.4	Atos lesivos tentados.....	726
6.8.5	Princípio da insignificância: inadmissibilidade.....	727
6.8.6	Necessidade de prova de dano ao erário	728
6.9	Responsabilização administrativa.....	728
6.9.1	Noções introdutórias.....	728
6.9.2	Multa.....	731

6.9.2.1	Natureza jurídica.....	731
6.9.2.2	Base de cálculo da multa	731
6.9.2.3	Aplicação da pena de multa	732
6.9.2.4	Garantia de pagamento da multa	735
6.9.2.5	Cobrança da multa	735
6.9.2.6	Destinatários dos valores arrecadados	736
6.9.3	Publicação extraordinária da decisão condenatória.....	736
6.9.4	Aplicação das sanções.....	737
6.9.4.1	Parâmetros para a aplicação das sanções.....	737
6.9.4.2	Programas de <i>Compliance</i>	739
6.9.4.3	Prévia manifestação jurídica.....	744
6.9.5	Reparação integral do dano causado	744
6.9.6	Processo administrativo de responsabilização.....	745
6.9.6.1	Instauração	746
6.9.6.2	Competência	748
6.9.6.3	Instrução	750
6.9.6.4	Suspensão cautelar dos efeitos do ato ou processo....	751
6.9.6.5	O direito à defesa no processo administrativo	751
6.9.6.6	Prazo de conclusão.....	752
6.9.6.7	Julgamento.....	752
6.9.6.8	O processo administrativo de reparação do dano.	753
6.9.6.9	Desconsideração da personalidade jurídica.....	754
6.9.6.10	A comunicação ao Ministério Público	758
6.9.7	Acordo de leniência	760
6.9.7.1	Competência para a celebração do acordo de leniência na LAE	762
6.9.7.2	A participação do Ministério Público na celebração dos acordos de leniência	762
6.9.7.3	Condições e requisitos.....	766
6.9.7.4	Efeitos da celebração do acordo de leniência na LAE.....	767
6.9.7.5	Rejeição da proposta de acordo de leniência.....	770
6.9.7.6	Descumprimento do acordo de leniência.....	771
6.9.7.7	Ressarcimento do dano.....	772
6.9.7.8	Possibilidade de celebração de acordo de leniência em relação aos ilícitos previstos na Lei n. 8.666/1993 e na Nova Lei Geral de Licitações e Contratos	772
6.10	Responsabilização judicial.....	775
6.10.1	Noções introdutórias.....	775
6.10.2	Competência.....	776
6.10.2.1	Competência em caso de ato lesivo praticado no exterior.....	777
6.10.3	Legitimação.....	778

6.10.3.1	Legitimação ativa concorrente e disjuntiva.....	778
6.10.3.2	Legitimação ativa exclusiva do Ministério Público	780
6.10.3.3	Legitimação passiva	782
6.10.4	Providências cautelares: a indisponibilidade dos bens	784
6.10.4.1	Pressupostos.....	785
6.10.4.2	Alcance.....	785
6.10.5	Pedido	786
6.10.6	Procedimento.....	787
6.10.7	Sentença.....	787
6.10.7.1	Correlação entre pedido e sentença.....	788
6.10.8	Sanções civis.....	788
6.10.8.1	Perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé (art. 19, I)	789
6.10.8.2	Suspensão ou interdição parcial da atividade (art. 19, II)	790
6.10.8.3	Dissolução compulsória (art. 19, III).....	790
6.10.8.4	Proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos (art. 19, IV).....	791
6.10.9	Aplicação das sanções.....	791
6.10.9.1	Juízo de ilicitude da conduta e juízo de aplicação da sanção.....	791
6.10.9.2	Parâmetros para aplicação das sanções	792
6.10.9.3	Aplicação cumulativa das sanções.....	792
6.10.9.4	Aplicação de sanções não pedidas pelo autor.....	792
6.10.10	Sanções da LAE diante de outras sanções previstas em outras normas.....	793
6.10.11	O diálogo entre a Lei n. 12.846/2013 (Lei Anticorrupção Empresarial) e a Lei n. 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa).....	794
6.10.11.1	Requisitos para a aplicação simultânea da LIA e da LAE.....	796
6.10.11.2	Possibilidade de cumulação das sanções previstas na LIA e na LAE	797
6.10.11.3	Alcance subjetivo das sanções.....	799
6.10.11.4	Rito processual em caso de cumulação das ações	799
6.10.11.5	Acordo de não persecução cível: aplicação no domínio da LAE.....	800
6.10.12	Coisa julgada	802
6.10.13	Prescrição	803
6.10.13.1	Interrupção da prescrição	803
6.10.14	O Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP	804
6.10.15	O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas.....	804

CAPÍTULO 7 - DIREITO À SAÚDE.....	805
<i>Lauro Ribeiro</i>	
7.1 Noções introdutórias.....	805
7.2 Conceito de saúde.....	809
7.3 Sistema normativo de proteção à saúde no plano internacional.....	810
7.4 Sistema normativo de proteção à saúde no plano constitucional.....	812
7.5 Distribuição de competência entre os entes federativos para tratar da saúde.....	831
7.6 Sistema normativo infraconstitucional.....	833
7.6.1 Sistema Único de Saúde - SUS.....	834
7.6.1.1 Normas operacionais e Pacto pela Saúde.....	844
7.6.1.2 Programação Pactuada entre gestores.....	845
7.6.2 Política Nacional de Medicamentos.....	845
7.7 Regulação assistencial: Vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental.....	851
7.7.1 Covid -19.....	854
7.8 Judicialização da saúde.....	855
7.9 Saúde complementar e saúde suplementar.....	862
7.10 Saúde mental.....	863
7.10.1 Plano Nacional de Atuação do Ministério Público em Saúde Pública.....	872
7.10.2 Papel da família, do Estado e da sociedade.....	873
7.10.3 Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) – Álcool e outras drogas no SUS. Redução de danos.....	874
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	875